



3 DE FEVEREIRO DE 1874



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DA CAPITAL**

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA OBJETIVA**

**CONTADOR JUDICIÁRIO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

### *Mundo arriscado*

O próximo governo não encontrará um ambiente econômico internacional sereno. Dúvidas sobre a continuidade do crescimento do Produto Interno Bruto global, juros em alta nos EUA, riscos de conflitos comerciais e de queda do fluxo de capitais para países emergentes são apenas alguns dos itens de um cardápio de problemas potenciais.

Tudo indica, assim, que o governo brasileiro terá de lidar de pronto com as fragilidades domésticas, em especial o rombo das contas públicas. Não tardará até que investidores hoje aparentemente otimistas comecem a cobrar resultados concretos.

As projeções para o avanço do PIB mundial têm sido reduzidas nos últimos meses. O Fundo Monetário Internacional cortou sua previsão para 2018 e 2019 em 0,2 ponto percentual – 3,7% em ambos os anos – e apontou um cenário de menor sincronia entre os principais motores regionais.

Se até o início deste ano EUA, Europa e China davam sinais de vigor, agora acumulam-se decepções nos dois últimos casos.

Mesmo com juros ainda perto de zero, a zona do euro não deverá crescer mais que 1,5% neste ano. Há crescente insegurança no âmbito político, neste momento centrada na Itália e seu governo de direita populista, que propõe expansão do déficit de um setor público já endividado em excesso.

Não é animador que a Comissão Europeia tenha tomado a decisão inédita de rejeitar a proposta orçamentária da administração italiana. Embora o país ainda conserve o selo de bom pagador, os juros cobrados no mercado para financiar sua dívida dispararam.

Quanto à China, sua economia mostra menos vigor, e as autoridades precisam tomar decisões difíceis entre conter as dívidas já exageradas e estimular o crescimento.

O risco de escalada nos conflitos comerciais também é concreto, dado que o governo americano ameaça impor uma terceira rodada de tarifas, desta vez sobre os US\$ 270 bilhões em vendas anuais chinesas que ainda não foram taxadas.

Nos EUA, a alta dos juros, num contexto de emprego elevado e inflação perto da meta, já leva parte do mercado a temer uma desaceleração abrupta do PIB em 2019.

A vantagem do Brasil, hoje, é que há ampla ociosidade nas empresas, baixa inflação e, portanto, espaço para uma retomada mais forte.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 01.11.2018. Adaptado)

**01.** De acordo com o texto, o ambiente econômico internacional mostra-se

- (A) tenso, resultado de uma conjuntura que indica desaceleração do crescimento e consequente redução do avanço do PIB mundial, o que exige de cada país atenção aos potenciais problemas que podem afetá-los.
- (B) paradoxal, resultado da ascensão econômica de países da Europa, o que contraria a perda de vigor no crescimento constatada em países como China e Estados Unidos e até mesmo o Brasil, sem elementos para crescer.
- (C) previsível, resultado da manutenção de uma política orçamentária da maioria dos países do mundo de tal forma que conseguem manter-se com o selo de bons pagadores e, ao mesmo tempo, veem suas economias crescerem.
- (D) auspicioso, resultado de uma articulação exitosa entre EUA, Europa e China, que reduziram o déficit do setor público e vêm obtendo bons resultados, como mostram as projeções do FMI para o PIB de 2018 e 2019.
- (E) nebuloso, resultado de uma série de projeções negativas para os países que movimentam regionalmente as economias, casos como os da Europa, os EUA e a China, cujos PIBs decepcionaram nos dois últimos anos.

**02.** O editorial aponta como elementos que fragilizam a economia dos países:

- (A) aumento da dívida interna e avanço do PIB mundial.
- (B) rombo das contas públicas e insegurança no âmbito político.
- (C) selo de bom pagador e elevação do índice de inflação.
- (D) contenção de dívidas exageradas e baixa inflação.
- (E) juros em alta e retração do déficit do setor público.

03. Considere as passagens:

- O próximo governo não encontrará um ambiente econômico internacional **sereno**. (1º parágrafo)
- Não tardará até que investidores hoje aparentemente otimistas comecem a cobrar resultados **concretos**. (2º parágrafo)
- Nos EUA, a alta dos juros, num contexto de emprego elevado e inflação perto da meta, já leva parte do mercado a temer uma desaceleração **abrupta** do PIB em 2019. (9º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) impassível; verdadeiros; previsível.
- (B) tranquilo; reais; brusca.
- (C) intempestivo; sensíveis; conturbada.
- (D) ordeiro; maciços; inopinada.
- (E) confiante; efetivos; paulatina.

04. \_\_\_\_\_ dúvidas sobre a continuidade do crescimento do Produto Interno Bruto global. Como se \_\_\_\_\_ as suas projeções nos últimos meses, o FMI cortou a previsão para 2018 e 2019 em 0,2 ponto percentual. Em alguns países, os juros cobrados para o financiamento de suas dívidas \_\_\_\_\_.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Surgem ... reduziram ... têm sido exagerados
- (B) Ocorre ... reduziram ... têm sido exagerados
- (C) Existem ... reduziu ... tem sido exagerado
- (D) Aparece ... reduziu ... tem sido exagerados
- (E) Há ... reduziram ... têm sido exagerado

05. Assinale a alternativa em que está transcrita do texto uma expressão em sentido figurado, acompanhada da correta indicação do seu sentido.

- (A) “cardápio de problemas potenciais” (1º parágrafo) → indica que os países não devem se preocupar com problemas que não existem.
- (B) “os principais motores regionais” (3º parágrafo) → indica que alguns países propulsionam o desenvolvimento econômico da região a que pertencem.
- (C) “ampla ociosidade nas empresas” (10º parágrafo) → indica que as empresas brasileiras agem com precaução em um momento delicado da economia mundial.
- (D) “as fragilidades domésticas” (2º parágrafo) → indica que cada país deve estar atento ao que acontece com os seus pares comerciais.
- (E) “menos vigor” (7º parágrafo) → indica que a China tem deixado de investir para que a sua economia volte a crescer como em outros tempos.

06. Assinale a alternativa em que a reescrita de passagem do texto está correta quanto à norma-padrão de pontuação e mantém o sentido original.

- (A) Nos EUA, a alta dos juros, num contexto de emprego elevado e inflação perto da meta, já leva parte do mercado a temer uma desaceleração abrupta do PIB em 2019. (9º parágrafo)  
= Num contexto de emprego elevado e inflação perto da meta, a alta dos juros, já leva parte do mercado a temer uma desaceleração abrupta do PIB em 2019, nos EUA.
- (B) Tudo indica, assim, que o governo brasileiro terá de lidar de pronto com as fragilidades domésticas, em especial o rombo das contas públicas. (2º parágrafo)  
= Assim, tudo indica, que o governo brasileiro terá de lidar de pronto com as fragilidades domésticas, o rombo das contas públicas em especial.
- (C) Mesmo com juros ainda perto de zero, a zona do euro não deverá crescer mais que 1,5% neste ano. (5º parágrafo)  
= A zona do euro mesmo com juros ainda perto de zero, não deverá crescer mais que 1,5% neste ano.
- (D) A vantagem do Brasil, hoje, é que há ampla ociosidade nas empresas, baixa inflação e, portanto, espaço para uma retomada mais forte. (10º parágrafo)  
= Hoje, a vantagem do Brasil é que há ampla ociosidade nas empresas, baixa inflação. Portanto, existe espaço para uma retomada mais forte.
- (E) O Fundo Monetário Internacional cortou sua previsão para 2018 e 2019 em 0,2 ponto percentual [...] e apontou um cenário de menor sincronia entre os principais motores regionais. (3º parágrafo)  
= O Fundo Monetário Internacional que cortou sua previsão para 2018 e 2019 em 0,2 ponto percentual, apontou um cenário de menor sincronia entre os principais motores regionais.

07. Assinale a alternativa em que o termo destacado está corretamente empregado, conforme os sentidos do texto.

- (A) De acordo com o Fundo Monetário Internacional, há uma **eminente** redução do PIB mundial para 2019.
- (B) É possível um conflito comercial, já que os EUA podem **retificar** uma terceira rodada de tarifas à China.
- (C) Investidores hoje otimistas logo exigirão o **comprometo** de medidas para que haja resultados concretos.
- (D) A decisão da Comissão Europeia mostra que a Itália **infligiu** acordos que visam evitar aumento de juros.
- (E) A recuperação econômica do Brasil poderá **fluir** bem, pois o país tem espaço para uma retomada mais forte.

08. A exemplo de “sincronia” (sem acento, 3º parágrafo), “decepções” (grafado com “ç”, 4º parágrafo) e “excesso” (grafado com “ex”, 5º parágrafo), estão corretamente escritos, em conformidade com a ortografia oficial, os termos:

- (A) insonia; invenções; extemporâneo.
- (B) saxonia; erupções; exdrúxulo.
- (C) agonia; exceções; extraditar.
- (D) eufonia; obceções; exponencial.
- (E) amonia; perverções; expetacular.

09. Transpostas para a voz passiva, as passagens “O próximo governo não encontrará um ambiente econômico internacional sereno.” (1º parágrafo) e “Se até o início deste ano EUA, Europa e China davam sinais de vigor...” (4º parágrafo) assumem a seguinte redação:

- (A) Um ambiente econômico internacional sereno não poderá ser encontrado pelo próximo governo. / Se sinais de vigor deram EUA, Europa e China até o início deste ano...
- (B) O próximo governo não terá encontrado um ambiente econômico internacional sereno. / Se foram dados sinais de vigor por EUA, Europa e China até o início deste ano...
- (C) Um ambiente econômico internacional sereno não terá sido encontrado pelo próximo governo. / Se se deram sinais de vigor, até o início deste ano, por EUA, Europa e China...
- (D) Não será encontrado um ambiente econômico internacional sereno pelo próximo governo. / Se sinais de vigor eram dados por EUA, Europa e China até o início deste ano...
- (E) Não se encontrará um ambiente econômico internacional sereno no próximo governo. / Se EUA, Europa e China tinham dado sinais de vigor até o início deste ano...

10. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Na China, agora tomam-se decisões difíceis entre conter as dívidas já existentes e estimular o crescimento do país.
- (B) A Comissão Europeia, tendo decidido-se pela rejeição da proposta orçamentária italiana, mostra um cenário econômico europeu pouco animador.
- (C) Caso se imponha uma terceira rodada de tarifas à China, provavelmente se aumentará o risco de escalada nos conflitos mundiais.
- (D) Não tardará até que investidores hoje aparentemente otimistas movimentarão-se e cobrarão resultados concretos.
- (E) Não espera-se que a zona do euro cresça mais que 1,5% neste ano, ainda que tenham-se os juros perto de zero.

Leia o texto para responder às questões de números 11 e 12.

No que respeita \_\_\_\_ democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato \_\_\_\_ garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que \_\_\_\_ proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: \_\_\_\_ eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Porém, não restam dúvidas de que, para que tal liberdade se concretize, é imprescindível que aqueles que desejem manifestar-se na esfera pública tenham como fazê-lo e não sejam reprimidos por isso.

(<https://www12.senado.leg.br>. Adaptado)

11. De acordo com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... à ... a ... a
- (B) à ... a ... a ... à
- (C) a ... a ... à ... a
- (D) à ... à ... à ... à
- (E) a ... a ... à ... à

12. Na frase final do texto, na oração “tenham como fazê-lo”, o pronome destacado refere-se à seguinte informação:

- (A) proteger a liberdade de expressão.
- (B) manifestar-se na esfera pública.
- (C) restar dúvidas de que a liberdade é imprescindível.
- (D) ser a liberdade um direito fundamental.
- (E) efetivar os direitos fundamentais.

Leia o trecho do poema para responder às questões de números 13 a 16.

*Carta-Poema*

Excelentíssimo Prefeito  
Senhor Hildebrando de Góis,  
Permiti que, rendido o preito  
A que faz jus por quem sois,

Um poeta já sexagenário,  
Que não tem outra aspiração  
Senão viver de seu salário  
Na sua limpa solidão,

Peça vistoria e visita  
A este pátio para onde dá  
O apartamento que ele habita  
No Castelo há dois anos já.

É um pátio, mas é via pública,  
E estando ainda por calçar,  
Faz a vergonha da República  
Junto à Avenida Beira-Mar!

Indiferentes ao capricho  
Das posturas municipais,  
A ele jogam todo o seu lixo  
Os moradores sem quintais.

(Manuel Bandeira, *As cidades e as musas*. Org. Antonio Carlos Secchin)

13. Assinale a alternativa que contém informações coerentes com o poema, organizadas em conformidade com norma-padrão.

- (A) O eu lírico, um senhor que mora na Avenida Beira-Mar, anseia por uma solução para os problemas que o afetam cotidianamente, a saber, a falta de calçamento do pátio e os lixos ali depositados.
- (B) O eu lírico sente-se já velho pois seu dia a dia é de solidão, já que ele não aspira mais nada na vida, senão que o prefeito mande vistoriar o pátio de seu edifício, lugar que têm acesso os moradores sem quintais.
- (C) O eu lírico, por ser já velho como o prefeito, recorre a este para que mande vistoria e visita ao pátio que ele mora, local onde os moradores sem quintais jogam lixo, com o que ele discorda.
- (D) O eu lírico, amigo de sessenta anos do prefeito, solicita-o na vistoria e visita no prédio o qual mora, uma vez que o local ainda carece de calçamento e aonde os moradores sem quintais têm jogado lixo.
- (E) O eu lírico exige do velho prefeito da cidade que este se dedique em vistoriar e visitar o pátio aonde ele mora, pois existe ali muito lixo devido ação dos moradores sem quintais na região.

14. Ao dirigir-se ao Prefeito, o eu lírico o faz com

- (A) controlada submissão, como sugerem os versos “Faz a vergonha da República / Junto à Avenida Beira-Mar!”
- (B) explícita ofensa, como sugerem os versos “Excelentíssimo Prefeito / Senhor Hildebrando de Góis”.
- (C) evidente descaso, como sugerem os versos “Indiferentes ao capricho / Das posturas municipais”.
- (D) respaldo da alegria, como sugerem os versos “Senão viver de seu salário / Na sua limpa solidão”.
- (E) suposto respeito, como sugerem os versos “Permiti que, rendido o preito / A que faz jus por quem sois”.

15. Assinale a alternativa cujo enunciado atende aos sentidos do texto, em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Excelentíssimo Prefeito, a inexistência de calçamento no pátio fez ele se tornar um lugar de vergonha para a República, pois se vê que, a nível de administração municipal, vistoria e visita falta ao local.
- (B) Eu que não tenho outra aspiração, vivo do meu salário. Ele é suficiente para mim viver na limpa solidão, que só não existe porque falta calçamento ao pátio do Castelo onde fazem dois anos que moro.
- (C) Quando se dirige ao prefeito, o poeta espera que sua ideia de evitar a vergonha da República prevaleça, porém o pátio está sem o devido calçamento e ali joga-se os lixos dos moradores sem quintais.
- (D) A Avenida Beira-Mar, com o pátio do Castelo ainda por calçar, fazem a vergonha da República, pois as pessoas olham ela e não entendem porque está sem vistoria e visita, recebendo até lixo.
- (E) O pátio do Castelo, na Avenida Beira-Mar, Excelentíssimo Prefeito, é um lugar de cujos cuidados não podemos nos esquecer, já que a falta de calçamento e os lixos ali jogados fazem a vergonha da República.

16. No verso “É um pátio, mas é via pública”, o poeta reforça o fato de o local ser

- (A) uma via pública, usando uma construção de período também presente em: “A Avenida Beira-Mar faz a vergonha da República, conquanto moradores sem quintais joguem nela todo o seu lixo”.
- (B) um pátio, usando uma construção de período também presente em: “Como são indiferentes ao capricho das posturas municipais, os moradores sem quintais jogam lixo na Avenida Beira-Mar”.
- (C) uma via pública, usando uma construção de período também presente em: “A Avenida Beira-Mar é muito bonita, no entanto vem sofrendo com o descaso da administração pública”.
- (D) uma via pública, usando uma construção de período também presente em: “Os moradores sem quintais ignoram o capricho das posturas municipais, por isso sujam a Avenida Beira-Mar”.
- (E) um pátio, usando uma construção de período também presente em: “A Avenida Beira-Mar sofre com alguns problemas localizados, pois os moradores do local não lhe dão o devido valor”.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

17. A Lei nº 8.666/93 permite que a autoridade competente anule o procedimento licitatório
- (A) por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
  - (B) em razão de decisão judicial que determine a paralisação do procedimento licitatório.
  - (C) por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
  - (D) por razões de interesse público, mas veda a anulação de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
  - (E) em razão do poder de autotutela, devendo-se manter a execução do contrato, se já iniciada, em razão do princípio da autonomia do contrato.
18. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo precisa realizar uma grande obra para reformar os sistemas de hidráulica e elétrica de um de seus edifícios, cujas instalações possuem mais de 40 anos e não atendem mais aos padrões de segurança e às necessidades dos usuários do prédio. O custo da obra está orçado em R\$ 728.000,00 (setecentos e vinte e oito mil reais). Nos termos da Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação a ser utilizada nesse caso é:
- (A) concurso.
  - (B) concorrência.
  - (C) convite.
  - (D) tomada de preços.
  - (E) leilão.
19. Órgão da Administração estadual direta precisa realizar procedimento licitatório para a aquisição de cadeiras para substituir aquelas que se deterioraram com o tempo. O valor estimado da licitação é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.122/08, é correto afirmar que a Administração Pública
- (A) poderá realizar procedimento licitatório destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte desde que demonstrada a vantagem ou economia de escala para a Administração Pública.
  - (B) deverá realizar procedimento licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e de empresas de pequeno porte.
  - (C) deverá exigir que os licitantes subcontratem até 50% (cinquenta por cento) do total licitado para microempresa ou de empresa de pequeno porte.
  - (D) poderá estabelecer cota de até 30% (trinta por cento) do objeto para a contratação de microempresas e de empresas de pequeno porte, pois se trata de aquisição de bens e serviços de natureza divisível.
  - (E) não poderá realizar procedimento licitatório destinado à participação exclusiva de microempresas e de empresas de pequeno porte se a contratação das cadeiras for destinada à área da educação.
20. A Lei estadual nº 13.121/08 altera o artigo da Lei estadual nº 6.544/89 que disciplina o processamento e o julgamento das licitações. De acordo com as disposições da Lei estadual nº 13.121/08,
- (A) é dispensada a rubrica dos documentos e propostas pelos licitantes e pela Comissão.
  - (B) é permitida a participação de uma única pessoa como representante de mais de um licitante.
  - (C) as licitações do tipo menor preço terão início com a abertura das propostas técnicas, as quais serão analisadas e julgadas pela Comissão de Licitação.
  - (D) os erros materiais irrelevantes não serão objeto de saneamento e os relevantes serão saneados, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.
  - (E) a autoridade competente poderá, por decisão fundamentada, determinar que o processamento da licitação obedeça a ordem prevista na legislação federal.

- 21.** Nas licitações realizadas na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02,
- (A) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso.
  - (B) os licitantes terão o prazo de 5 (cinco) dias contados da declaração do vencedor para apresentarem recurso, que deverá ser endereçado ao pregoeiro.
  - (C) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante não implica na decadência do direito de recurso.
  - (D) o acolhimento de recurso importará na invalidação da fase externa do certame, devendo ser marcada nova data para a realização do leilão.
  - (E) apresentadas as razões do recurso por qualquer dos licitantes, os demais serão intimados no prazo de 5 (cinco) dias para apresentar contrarrazões.
- 22.** Um cidadão, pretendendo verificar os gastos com prestação de serviços de determinada secretaria de estado, tem o seu pedido de acesso aos processos administrativos que cuidam dessas contratações indeferido. Considerando as disposições constantes da Lei nº 12.527/11, é correto afirmar que, nesse caso,
- (A) não há previsão de recurso, devendo o cidadão se socorrer do Poder Judiciário para garantir o seu direito de acesso às informações pretendidas.
  - (B) o cidadão poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
  - (C) o cidadão deverá recorrer à Ouvidoria Geral do Estado, que deliberará sobre o recurso apresentado no prazo de 5 (cinco) dias.
  - (D) não há previsão de recurso, devendo o cidadão apresentar novo pedido de acesso à informação dirigido ao Secretário de Estado.
  - (E) o cidadão poderá interpor recurso dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- 23.** O relatório de gestão fiscal é emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares de poderes e órgãos indicados na Lei de Responsabilidade Fiscal. A respeito do relatório, é correto afirmar que
- (A) será publicado até quinze dias após o encerramento do período a que corresponder.
  - (B) a publicação deve se dar exclusivamente por meio eletrônico, vedada a utilização de qualquer outro meio.
  - (C) o relatório emitido pelo titular do Poder Judiciário deverá conter o comparativo das dívidas consolidada e mobiliária.
  - (D) a não publicação do relatório no prazo legal sujeita a autoridade administrativa a pena de suspensão e imposição de multa de até 3 vezes o valor de sua remuneração.
  - (E) deverá conter o comparativo com os limites estabelecidos pela lei relativos à despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
- 24.** O Senhor X, servidor público estadual, recusa-se a prestar a declaração de seus bens no prazo determinado, sob a alegação de que essa informação está acobertada pelo sigilo fiscal. Considerando-se as disposições da Lei nº 8.429/92, pode-se afirmar que, nesse caso, o Senhor X
- (A) não será punido, pois o sigilo fiscal é garantia constitucional.
  - (B) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
  - (C) não pratica ato de improbidade, pois sua recusa não importa em enriquecimento ilícito ou dano ao erário, nem atenta contra os princípios da Administração Pública.
  - (D) será punido com multa civil de até cem vezes o valor da remuneração por ele percebida.
  - (E) será punido com suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos.

25. O Senhor X foi aprovado em concurso público e nomeado para exercer cargo de provimento efetivo. Após três anos de efetivo exercício, o Senhor X adquiriu estabilidade e poderá perder o cargo apenas em razão
- (A) da instauração de inquérito policial.
  - (B) da instauração de inquérito civil pelo Ministério Público.
  - (C) de decisão proferida em procedimento de avaliação especial de desempenho por comissão instituída com tal finalidade.
  - (D) de decisão em processo administrativo em que lhe tenha sido assegurada ampla defesa.
  - (E) de decisão de segunda instância confirmando sentença judicial que determinou sua demissão.
26. O controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mantido de forma integrada, tem como finalidade
- (A) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
  - (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
  - (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
  - (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias e a execução da lei orçamentária anual.
  - (E) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
27. O governador de um Estado da Federação decide criar, por meio de lei, uma central de pagamentos de salários, composta por membros dos três poderes, para gerenciar todos os procedimentos de aplicação de recursos financeiros destinados ao pagamento das remunerações dos servidores públicos estaduais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, com a conseqüente extinção dos órgãos de pagamento existentes em cada um dos poderes. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 que tratam do Poder Judiciário, pode-se afirmar que a criação da central
- (A) é inconstitucional por vício de iniciativa, pois a lei deveria ter sido proposta conjuntamente pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
  - (B) atende ao princípio da isonomia, na medida em que todos os servidores públicos estaduais serão pagos por um único órgão, sem interferir na autonomia financeira do Poder Judiciário.
  - (C) afronta a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário ao condicionar o pagamento de seus servidores à análise de representantes dos demais poderes, sendo, desta forma, inconstitucional.
  - (D) observou o princípio da legalidade e não fere a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, porque conta com a participação de seus membros na composição do novo órgão.
  - (E) não fere a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e atende ao princípio da eficiência administrativa, concentrando em um único órgão representantes dos três poderes.
28. Sobre os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, dispõe a Constituição Federal de 1988 que
- (A) compete privativamente aos Municípios instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas.
  - (B) os tributos terão, obrigatoriamente, caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
  - (C) cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar previstas na Constituição Federal de 1988.
  - (D) as taxas instituídas em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviço público específico e divisível não podem ter base de cálculo idêntica a dos impostos.
  - (E) os municípios e o distrito federal poderão instituir taxa para o custeio da iluminação pública.



## CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

29. Analise a seguinte hipótese: o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), por meio de uma Comissão de Auditoria, constatou que o Ministério Público (MP) efetuou investimento substancial de recursos financeiros no aperfeiçoamento de sua estrutura funcional. Todavia, essa despesa não estava programada pelo órgão e foi feita sem a devida autorização. Nesse quadro, a referida Comissão do TCE solicitou ao MP que esclarecesse esse dispêndio de valores, mas a resposta do órgão foi considerada insuficiente. Assim, com base na Constituição do Estado de São Paulo, a conduta da comissão deve ser a seguinte:

- (A) remeterá cópias do respectivo procedimento administrativo para apuração perante o Poder Judiciário.
- (B) deverá recomendar ao MP que seja ratificada a despesa por meio de autorização da autoridade competente.
- (C) deverá sustar o ato que ordenou a despesa e determinar ao responsável o imediato reembolso ao erário.
- (D) aplicará multa ao MP no montante de duas vezes o valor dispendido sem a devida autorização.
- (E) solicitará ao TCE pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

30. Conforme a Constituição do Estado de São Paulo, a elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário Estadual e o seu devido encaminhamento ao Poder Executivo são da competência, respectivamente,

- (A) da Assessoria da Presidência e do Corregedor-Geral do Tribunal.
- (B) do órgão especial e do Presidente do Tribunal.
- (C) do Departamento de Contabilidade e do Conselho-Geral da Magistratura.
- (D) do Tribunal Pleno e do 1º Vice-Presidente do Tribunal.
- (E) do Conselho-Geral da Magistratura e do Presidente do Tribunal.

31. Com a finalidade de permitir a definição precisa de seu objeto e a previsão de recursos orçamentários, a Constituição do Estado de São Paulo estabelece que as licitações de obras e serviços públicos deverão, sob pena de invalidade, ser precedidas

- (A) da indicação do local onde serão executados e do respectivo projeto técnico completo.
- (B) de publicação e divulgação ampla do edital e quais subsídios serão oferecidos pelo poder público.
- (C) de definição do gestor do respectivo contrato e qual deverá ser a garantia a ser oferecida pelo contratado.
- (D) da definição exata do preço do objeto licitado e os recursos que serão dispendidos com a contratação.
- (E) de indicação dos recursos a serem utilizados no seu pagamento e que toda contratação se dará pelo melhor preço.

32. A lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, é a

- (A) lei que instituir o Plano Plurianual.
- (B) lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) lei orgânica.
- (D) lei de responsabilidade fiscal.
- (E) lei orçamentária anual.

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

33. Empresa contratada para realizar serviço de engenharia no prédio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao término do mês de novembro de 2017, apresenta nota fiscal para que lhe sejam pagos os valores correspondentes à prestação do serviço. Ao verificar o cumprimento dos termos do acordo pelo contratado, o gestor do contrato, cuja vigência se encerra no mês de dezembro de 2017, verifica que, apesar de ter prestado o serviço nos termos acordados, a contratada possui apontamento no CADIN – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, o que impede a realização do pagamento dos valores devidos. Considerando que a empresa não conseguiu resolver a pendência no CADIN até 31 de dezembro de 2017, essa despesa da Administração, segundo a Lei nº 4.320/64, deverá ser registrada ao fim do exercício como

- (A) despesa de exercício anterior.
- (B) crédito com vigência plurianual.
- (C) despesa empenhada e não processada.
- (D) restos a pagar processados.
- (E) despesa contingenciada.

- 34.** De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/64, é correto afirmar, a respeito dos fundos especiais de despesa, que
- (A) a lei que instituir fundo especial não poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas.
  - (B) a Lei de Orçamento consignará as transferências de capital a conta de fundos especiais.
  - (C) a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.
  - (D) são constituídos pelo produto de receitas especificadas que por decreto se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.
  - (E) o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, se houver previsão expressa na lei que o instituiu.
- 35.** Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) os atos que criarem ou aumentarem as despesas destinadas ao serviço da dívida ou de revisão geral anual da remuneração de pessoal deverão ser instruídos com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor.
  - (B) não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
  - (C) a despesa corrente de caráter continuado poderá ser executada antes da implementação das medidas de ampliação de receita ou de redução de despesa, mediante autorização do Poder Legislativo.
  - (D) os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado deverão ser instruídos com declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei de diretrizes orçamentárias e compatibilidade com o plano plurianual.
  - (E) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- 36.** A respeito do controle especial dos adiantamentos previsto na Lei Estadual nº 10.320/68, é correto afirmar que
- (A) quando se tratar de adiantamento em base mensal, o prazo de aplicação será o do período para o qual foi concedido, ou o de 15 (quinze) dias subsequentes ao recebimento do numerário, prazo esse improrrogável.
  - (B) em caso excepcional, devidamente justificado, e mediante comunicação imediata ao Tribunal de Contas do Estado, poderá ser realizado novo adiantamento a quem do anterior não haja prestado contas, no prazo legal.
  - (C) os gastos decorrentes de despesa de conservação, inclusive a relativa a combustível, matéria-prima e material de consumo, poderão ser realizados no regime de adiantamento.
  - (D) é vedada a prorrogação excepcional do prazo fixado para a entrega das contas relativas ao adiantamento.
  - (E) o código local e item, ou o crédito por onde será classificada a despesa, serão indicados expressamente no despacho de aprovação do adiantamento, sendo facultada sua indicação na requisição de adiantamento.
- 37.** Com relação ao pagamento preferencial dos precatórios previsto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal de 1988, considerando-se as Resoluções do CNJ nº 115, nº 123 e nº 145, é correto afirmar:
- (A) em caso de insuficiência de recursos para atendimento da totalidade dos pedidos de preferência, terão preferência os idosos em geral sobre os portadores de doenças graves e destes sobre os créditos de natureza alimentícia, e, em cada classe de preferência, à ordem cronológica de apresentação do precatório.
  - (B) por se tratar de direito personalíssimo, depende de requerimento expresso do credor, com juntada dos documentos necessários à comprovação da sua condição, e importará em ordem de pagamento imediato dos valores devidos.
  - (C) serão considerados idosos para fins de pagamento preferencial os credores originários de qualquer espécie de precatório que contarem com 70 (setenta) anos de idade ou mais na data do requerimento expresso de sua condição, e que tenham requerido o benefício.
  - (D) pode ser beneficiado pela preferência constitucional o credor que comprove, por qualquer meio, ser portador de doença grave, desde que a doença tenha sido contraída após o início do processo.
  - (E) apenas no caso de morte do credor após o protocolo do requerimento, a preferência por idade ou doença estende-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável, não se aplicando a mesma preferência aos cessionários.

38. Nos contratos de prestação de serviços em que exista previsão de dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências de órgão jurisdicionado ao Conselho Nacional de Justiça, os encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIOEDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAP/SEBRAE, etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário devem ser destacados do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas e depositadas exclusivamente em banco público oficial. Sobre esses depósitos, é correto afirmar, nos termos das Resoluções CNJ nº 98/09 e nº 169/2013, que

- (A) os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada aberta no nome do contratante e por contrato, unicamente para essa finalidade.
- (B) durante a execução do contrato, poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal ou do Conselho.
- (C) os saldos da conta-depósito vinculada – liberada para movimentação – serão remunerados mensalmente pela Taxa SELIC.
- (D) competem privativamente ao ordenador de despesas do Tribunal ou Conselho a solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada, sendo vedada a delegação dessa competência a qualquer outro servidor.
- (E) os depósitos serão efetuados sem retenção de tributos na fonte, conforme previsto na legislação própria.

#### CONTABILIDADE GERAL

39. Considerando a natureza das contas contábeis, assinale a alternativa correta.

- (A) As contas patrimoniais refletem a posição dinâmica do patrimônio da entidade.
- (B) As contas contábeis classificam-se em contas patrimoniais e contas de caixa.
- (C) As contas patrimoniais contêm as contas de receita, valor adicionado e de ganhos.
- (D) As contas patrimoniais relacionam-se aos elementos do ativo, passivo e resultado.
- (E) As contas patrimoniais são apresentadas pelo seu grau de liquidez ou de exigibilidade.

40. Assinale a alternativa que apresenta a transação econômica que acarreta o aumento do ativo total de uma entidade.

- (A) Reconhecimento do pagamento de parcela de financiamento.
- (B) Compra de estoques à vista.
- (C) Reconhecimento de uma receita de equivalência patrimonial de uma coligada.
- (D) Reconhecimento de uma despesa de ajuste a valor recuperável de máquinas e equipamentos.
- (E) Reconhecimento da desvalorização de um ativo financeiro classificado a valor justo para outros resultados abrangentes.

41. Uma entidade comercial contratou um seguro para sua loja por R\$ 7.800,00 no dia 01.05.2018, com pagamento em três parcelas, uma no ato da contratação e as outras duas com vencimento nos dias 01.06.2018 e 01.07.2018.

A apólice do seguro prevê que ele terá vigência de 12 meses, a partir da data de contratação. Para elaboração das demonstrações contábeis referentes a 30.06.2018, houve o reconhecimento e a mensuração

- (A) de uma dívida no valor de R\$ 5.200,00.
- (B) de uma despesa com seguros no valor de R\$ 650,00.
- (C) de uma saída de caixa oriunda de uma atividade operacional no valor de R\$ 6.500,00.
- (D) de uma receita com seguros no valor de R\$ 650,00.
- (E) do pagamento da última parcela do seguro no valor de R\$ 650,00.

Utilize os dados a seguir para as responder às questões de números **42 a 44**.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício em 31.12.2017 de uma sociedade são apresentados a seguir.

**Informações Adicionais:** Sabe-se que a empresa pagou dividendos referentes ao exercício de 2017 no valor de R\$ 42.500,00 e que os classifica como Atividades de Financiamento para fins de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa.

<b>Balanço Patrimonial em 31.12.2017</b>			
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	
<b>Ativo</b>			Varição (saldo em 2017 menos saldo em 2016)
<i>Circulante</i>			
Bancos	45.000,00	10.000,00	35.000,00
Clientes a Receber	60.000,00	81.000,00	(21.000,00)
Estoques	75.000,00	45.000,00	30.000,00
Seguros antecipados	5.000,00	0,00	5.000,00
<i>Não Circulante</i>			
Propriedades para investimento	89.500,00	30.000,00	59.500,00
Participações em Coligadas	25.000,00	20.000,00	5.000,00
Máquinas	250.000,00	250.000,00	0,00
Depreciação acumulada	(60.000,00)	(50.000,00)	(10.000,00)
	<b>489.500,00</b>	<b>386.000,00</b>	
<b>Passivo</b>			
<i>Circulante</i>			
Fornecedores	56.000,00	35.000,00	21.000,00
IR/CSLL a pagar	23.500,00	18.000,00	5.500,00
Empréstimos	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	300.000,00	293.000,00	7.000,00
Reservas de lucros	70.000,00	40.000,00	30.000,00
	<b>489.500,00</b>	<b>386.000,00</b>	

<b>Demonstração de Resultado do Exercício 2017 (em R\$)</b>	
Receita de Vendas	200.000,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	(160.000,00)
(=) Lucro Bruto	40.000,00
(-) Despesa com depreciação	(10.000,00)
(+) Ganho na valorização de propriedades	59.500,00
(+) Receita de equivalência patrimonial	5.000,00
(=) LAIR	94.500,00
(-) IR / CLSS	(22.000,00)
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>72.500,00</b>

- 42.** O caixa das atividades operacionais apresentado na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto totalizou, em R\$:
- (A) (12.500,00).
  - (B) 29.500,00.
  - (C) 12.500,00.
  - (D) 30.500,00.
  - (E) (29.500,00).
- 43.** O caixa das atividades de investimento apresentado na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto totalizou, em R\$:
- (A) 0,00.
  - (B) (54.500,00).
  - (C) (64.500,00).
  - (D) 54.500,00.
  - (E) 64.500,00.
- 44.** O índice de liquidez corrente da sociedade em 2017 foi de:
- (A) 0,39.
  - (B) 0,65.
  - (C) 2,57.
  - (D) 0,92.
  - (E) 1,55.
- 45.** Sobre as contas do Patrimônio Líquido, é correto afirmar que
- (A) alienação de partes beneficiárias é uma transação classificada como reserva de lucros.
  - (B) a conta capital a integralizar é uma conta redutora do capital social.
  - (C) os dividendos declarados e pagos no período são evidenciados nas reservas de capital.
  - (D) as reservas de capital recebem os saldos referentes à variação do valor justo de instrumentos financeiros.
  - (E) as reservas de lucros recebem o ágio da emissão das ações com valor nominal.
- 46.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A receita de equivalência patrimonial reconhecida na demonstração de resultado está relacionada ao recebimento dos dividendos de coligadas ou controladas no período.
  - (B) A alienação de bônus de subscrição é um exemplo de ativo não circulante.
  - (C) Propriedades para investimento e participações em coligadas são exemplos de investimento.
  - (D) Os seguros antecipados estão relacionados à contratação de serviços que foram totalmente utilizados no período.
  - (E) Nas sociedades por ações, todo o resultado positivo do período deve ser distribuído na forma de dividendos.
- 47.** Segundo as normas brasileiras de auditoria interna, é correto afirmar que
- (A) o termo “fraude” aplica-se a ato intencional ou não de omissão e manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
  - (B) os testes de observância visam à obtenção de segurança absoluta de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.
  - (C) esta deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, em reunião presencial, de maneira ostensiva, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.
  - (D) esta deve ser documentada apenas por meio de registros elaborados em meio físico, que devem ser organizados e arquivados na sede da organização auditada de forma sistemática e racional.
  - (E) os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.
- 48.** A respeito do uso de amostras para a realização dos trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.
- (A) A utilização de amostras nos trabalhos de auditoria não é autorizada pelas normas brasileiras de auditoria por comprometer a imparcialidade que deve orientar os trabalhos do auditor.
  - (B) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não poderão ser empregadas técnicas de amostragem.
  - (C) A utilização de amostragem estatística deve ser evitada nos trabalhos de auditoria por não permitir segurança suficiente a respeito dos seus achados.
  - (D) Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
  - (E) Amostra e população são conceitos sinônimos em matéria de procedimentos de auditoria com base em estatísticas.

49. O relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos, entre outros:

- (A) as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados; o parecer dos auditores internos independentes; e parágrafo de ênfase.
- (B) o objetivo e a extensão dos trabalhos; o tamanho da população utilizada para fins de amostragem; e eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- (C) o objetivo e a extensão dos trabalhos; a metodologia adotada; e os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- (D) a metodologia de trabalho selecionada; a descrição dos fatos constatados pela administração da entidade auditada; e os papéis de trabalho.
- (E) os riscos associados aos fatos constatados; a probabilidade de materialização dos riscos identificados; e medidas propostas para correção dos fatos narrados.

50. A respeito das espécies de auditoria, é correto afirmar que

- (A) a atividade da auditoria interna tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos.
- (B) a auditoria interna trata de procedimentos aplicáveis apenas às empresas privadas, não se aplicando no âmbito do controle interno de entidades públicas.
- (C) a auditoria interna e a auditoria externa cumprem a mesma função, respondendo ambas à administração da entidade contratante.
- (D) a auditoria externa poderá ser representada pelos órgãos de administração tributária, sendo exercida pelo profissional auditor fiscal.
- (E) a auditoria independente não se confunde com a auditoria externa, podendo ser exercida por órgão interno vinculado ao setor financeiro da entidade auditada.

51. São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- (A) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- (B) tempestividade, relevância e verdade.
- (C) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- (D) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- (E) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

52. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de receita corrente.

- (A) Alienação de bens.
- (B) Resgate de títulos do tesouro.
- (C) Operações de crédito de longo prazo.
- (D) Integralização de capital social.
- (E) Multas administrativas e contratuais ativas.

53. Uma entidade do setor público adquiriu material de consumo no valor de R\$ 360.000,00. Para que os estoques dos materiais de consumo estivessem disponíveis no órgão, a entidade incorreu com os seguintes gastos adicionais:

- Seguros ..... R\$ 4.500,00
- Frete ..... R\$ 6.700,00
- Manuseio ..... R\$ 1.200,00

Com base nessas informações e considerando a NBC TSP 04, é correto afirmar que os estoques serão mensurados, em R\$, por:

- (A) 347.600,00.
- (B) 372.400,00.
- (C) 355.500,00.
- (D) 360.000,00.
- (E) 361.200,00.

- 54.** Uma secretaria de habitação adquiriu imóveis residenciais. Sobre este fato, é correto afirmar que estes imóveis devem ser reconhecidos como
- (A) estoques, se as propriedades forem mantidas para fornecer serviços sociais e gerar também entradas de caixa.
  - (B) propriedades para investimento, se as propriedades forem ocupadas por servidores que não paguem aluguéis a taxa de mercado.
  - (C) propriedades para investimento, se as propriedades forem alugadas para fins comerciais a taxas de mercado.
  - (D) imobilizado, se o objetivo for incrementar suas receitas pela venda deste imobilizado em um futuro próximo.
  - (E) estoques, se o preço do aluguel praticado for menor que o valor de mercado e o objetivo for fornecer moradia para famílias de baixa renda.
- 55.** Sobre provisões, ativos e passivos contingentes, é correto afirmar que
- (A) ativos contingentes são obrigações não reconhecidas no ativo porque satisfazem o critério da estimativa confiável acerca do valor da obrigação da entidade pública.
  - (B) passivos contingentes são reconhecidos no passivo porque necessitam de confirmação sobre possíveis direitos da entidade pública.
  - (C) provisões são reconhecidas no passivo porque são obrigações presentes, estimadas de forma confiável e cuja saída de recursos é provável.
  - (D) ativos contingentes são elementos reconhecidos no passivo porque sua ocorrência depende de eventos futuros incertos.
  - (E) passivos contingentes são reconhecidos no patrimônio líquido nos casos em que seja remota a possibilidade de saída de recursos que representem benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- 56.** A aquisição de quotas de importação e de listas de usuários de serviços pelo setor público deve ser reconhecida como
- (A) estoque, uma vez que estes itens não possuem substância física e serão utilizados na prestação de serviços públicos.
  - (B) despesa, caso estes itens sejam identificáveis e seus valores residual líquido ou justo sejam avaliados de maneira confiável.
  - (C) intangível, caso estes itens não sejam identificáveis e seus custos sejam mensurados de forma prudente.
  - (D) intangível, caso estes itens sejam identificáveis e seus custos ou valor justo sejam mensurados confiavelmente.
  - (E) despesa, já que são itens oriundos de investigação inicial e são adquiridos com a expectativa de gerar conhecimento técnico.
- 57.** Assinale a alternativa correta sobre as Demonstrações Aplicadas ao setor público.
- (A) A demonstração do valor adicionado evidencia as variações quantitativas decorrentes das transações do setor público que aumentam e diminuem o patrimônio líquido.
  - (B) A demonstração das variações adicionadas evidencia as informações sobre os agentes interessados na entidade pública, tais como servidores, organismos internacionais e tribunais de contas.
  - (C) O balanço orçamentário evidencia a situação patrimonial da entidade pública em ordem decrescente de grau de conversibilidade.
  - (D) A demonstração dos fluxos de caixa evidencia as movimentações no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, investimentos e financiamentos.
  - (E) O balanço financeiro evidencia as receitas e despesas, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- 58.** Uma entidade do setor público recebeu antecipadamente, no período, por meio de acordos que ainda não se tornaram obrigatórios, recursos no valor de R\$ 2.670.000,00. Neste sentido, no momento do recebimento antecipado, a entidade
- (A) deve reconhecer um ativo e uma obrigação presente.
  - (B) não deve realizar registro, uma vez que os acordos não são obrigatórios.
  - (C) deve reconhecer uma variação patrimonial aumentativa.
  - (D) deve evidenciar uma despesa orçamentária.
  - (E) deve registrar uma receita com valorização.
- 59.** Um órgão adquiriu móveis e equipamentos por R\$ 345.500,00 em 02.01.2018. Para que estes bens estivessem disponíveis para uso, a entidade incorreu em gastos adicionais de R\$ 25.500,00 com instalação. Sabe-se que o valor residual destes bens móveis é de R\$ 50.000,00 e que a sua vida útil é de 15 anos.
- Considerando os dados apresentados, pode-se afirmar que, nas demonstrações contábeis referentes a 31.12.2018, se reconheceu
- (A) imobilizado no valor de R\$ 345.500,00.
  - (B) imobilizado no valor de R\$ 371.000,00.
  - (C) perda com ajuste a valor recuperável anual de R\$ 21.400,00.
  - (D) uma despesa no período de R\$ 25.500,00.
  - (E) depreciação acumulada no valor de R\$ 321.000,00.

60. Conforme a NBC T 16.8, o controle interno no setor público
- (A) estimula a adesão de normas fiscais atuariais, gerenciais e patrimoniais com observância às melhores práticas internacionais.
  - (B) deve ser exercido especialmente nos níveis locais de setor público, com o objetivo de preservar o patrimônio público e evitar a corrupção.
  - (C) relaciona-se com a observância do MCASP e dos objetivos da entidade quando o enfoque for operacional.
  - (D) pode ser classificado nas categorias operacional, financeiro, gerencial, estatístico, contábil e normativo.
  - (E) tem a finalidade de prevenir práticas ineficientes, erros, fraudes e outras inadequações quando tiver enfoque contábil.

### CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

61. Salvo situação em especial, toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa expressar, que não constitua sanção por ato ilícito, instruída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, significa:
- (A) Da qualificação da arrecadação do tributo.
  - (B) Da determinação pelo fato gerador de uma obrigação fiscal.
  - (C) O Conceito de tributo.
  - (D) Do Processo de cobrança em compulsório de arrecadação.
  - (E) A natureza jurídica específica do tributo.
62. No que tange ao ISS, assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados, segundo a Lei Complementar nº 116/03.
- (A) Não haverá incidência do imposto.
  - (B) A alíquota do imposto é de 1,5%.
  - (C) A alíquota do imposto é de 3%.
  - (D) A alíquota do imposto é de 5%.
  - (E) A alíquota do imposto é de 2%.

63. Para uma empresa que é tributada pelo lucro real, os valores dos impostos na aquisição de matérias-primas para industrialização, tais como ICMS e IPI, na hipótese de incidência sobre esses produtos, deverão ser contabilizados como
- (A) impostos diferidos.
  - (B) nos estoques, em adicional das matérias-primas.
  - (C) custos.
  - (D) impostos a recuperar.
  - (E) redutores de vendas.
64. Uma empresa de prestação de serviços em geral registrou receitas de vendas de R\$ 1.500.000,00 no primeiro trimestre de 2018. Considerando que a empresa é optante pela tributação com base no lucro presumido, o valor do Imposto de Renda, acrescido de seu respectivo adicional de IR, equivale a:
- (A) R\$ 124.000,00.
  - (B) R\$ 96.000,00.
  - (C) R\$ 102.000,00.
  - (D) R\$ 114.000,00.
  - (E) R\$ 132.000,00.
65. Considere uma empresa contratada para prestar serviços que não possui empregados, cujo serviço é prestado pessoalmente pelo seu titular ou sócio. Seu faturamento do mês anterior foi igual ou inferior a 2 (duas) vezes o limite máximo do salário-de-contribuição, cumulativamente. No caso, será
- (A) retida 2,5% de contribuição previdenciária.
  - (B) dispensada a retenção da contribuição previdenciária.
  - (C) retida 1,5% de contribuição previdenciária.
  - (D) retida 5% de contribuição previdenciária.
  - (E) retida 11% de contribuição previdenciária.
66. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços caracterizados de natureza profissional estão sujeitas à incidência do imposto na fonte, à alíquota de
- (A) 2,5%.
  - (B) 2,0%.
  - (C) 3,0%.
  - (D) 1,5%.
  - (E) 1,0%.



67. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, bem como aos da

- (A) exclusividade e tempestividade.
- (B) transparência e unidade.
- (C) universalidade e anualidade.
- (D) eficácia e do marketing.
- (E) publicidade e eficiência.

68. A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o preconizado pela Constituição Federal de 88, quando esta menciona, em seu art. 165, que leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão os planos orçamentários. Neste caso, é correto afirmar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá, além do equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitações de empenho, sobre

- (A) avaliação do cumprimento das metas relativas às projeções futuras, de forma a certificar-se do atingimento do objetivo de *superavit*.
- (B) princípios relativos ao controle de arrecadação de receitas e à avaliação dos custos variáveis relacionados aos programas de operação de crédito orçamentário.
- (C) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) demais condições e exigências para captação de recursos a entidades públicas e privadas.
- (E) a normatização das operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e no passivo financeiros.

69. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Segundo a lei de responsabilidade fiscal, esse texto é a interpretação quanto ao princípio da

- (A) Transparência.
- (B) *Accountability*.
- (C) Legalidade.
- (D) Anualidade.
- (E) Totalidade.

70. A respeito do processo de planejamento orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) Até cento e oitenta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso orçamentário.
- (B) Cabe ao legislativo editar, de forma independente, leis quanto ao plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, com a aprovação do poder executivo, mediante estudos pelas secretarias de planejamento.
- (C) O demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, faz parte integrante do anexo à lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) O projeto do direito orçamentário anual será elaborado de forma compatível com o plano econômico, fiscal e contábil, bem como com a lei que estatui norma de direito financeiro para elaboração orçamentária e com as normativas da secretaria do planejamento.
- (E) A lei que estatui norma de direito financeiro para elaboração orçamentária dispensará o Anexo de Riscos Fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem, uma vez que esse anexo será parte integrante da prestação de contas da transparência.

71. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação,

- (A) sempre precedida de empenho na dotação própria.
- (B) mediante a entrega do relatório de consubstanciação.
- (C) previamente adicionado aos restos a pagar.
- (D) suportada do pedido formal do adiantamento previamente autorizado por nível de competência.
- (E) mediante cheque administrativo ao portador.

72. Suportado pelo preconizado em Lei específica, o administrador público, ao necessitar de recursos a fim de atender despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, deverá

- (A) optar por solicitar um adiantamento com empenho próprio.
- (B) solicitar crédito especial.
- (C) utilizar dos suprimentos de fundos.
- (D) obter crédito adicional extraordinário.
- (E) utilizar do crédito suplementar.

73. Assinale a alternativa que apresenta a classificação da despesa que reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e que se apresenta estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

- (A) Funcional.
- (B) Estrutural.
- (C) Por natureza.
- (D) Programática.
- (E) Institucional.

74. A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil,

- (A) acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações e constitui importante instrumento de controle das finanças públicas, uma vez que permite a racionalização da administração dos recursos financeiros.
- (B) administra, por meio do Banco do Brasil S.A. ou pela Caixa Econômica Federal, os débitos em conta dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, tendo em vista a apuração e a classificação da despesa dotada.
- (C) distribui recursos às entidades da Administração estadual e municipal direta e mistas, uma vez que não poderão utilizar recursos provenientes de dotações orçamentárias da União, inclusive transferências, nem eventuais saldos da mesma origem apurados no encerramento de cada ano civil, em suas aplicações no mercado financeiro.
- (D) tem sua funcionalidade por câmara de compensação do Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal de forma centralizada, para facilitar a distribuição dos recursos arrecadados.
- (E) controla os recursos correspondentes às parcelas de despesa do salário-educação, que serão entregues às entidades devedoras mediante créditos previstos na programação financeira.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

75. A respeito das eleições legislativas estadunidenses, realizadas em novembro de 2018, é correto afirmar que

- (A) surpreendeu negativamente o pequeno número de mulheres participando do processo eleitoral, seja como candidatas ou eleitoras.
- (B) os republicanos reconquistaram a maioria tanto na Câmara dos Representantes como no Senado.
- (C) os republicanos elegeram quase todos os governadores dos estados, com exceção dos estados do Novo México, Kansas e Nevada.
- (D) os democratas conquistaram a maioria da Câmara dos Representantes, e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos no Senado.
- (E) a pequena participação do eleitorado, a menor dos últimos 30 anos, garantiu a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente Trump.

76. Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente.

Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)

A notícia refere-se a acontecimento

- (A) na Hungria.
- (B) no Peru.
- (C) na Índia.
- (D) na França.
- (E) no México.

77. O filme “O Grande Circo Místico” foi escolhido para representar o Brasil na disputa por uma indicação ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 2019. O anúncio foi feito na manhã desta terça-feira, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, após a reunião da Comissão Especial de Seleção, formada por nomes indicados pela Academia Brasileira de Cinema.

(<https://oglobo.globo.com/cultura>, 11.09.2018. Adaptado)

O filme citado foi dirigido por

- (A) Laís Bodanzky.
- (B) Cacá Diegues.
- (C) Cao Hamburger.
- (D) Anna Muylaert.
- (E) Fernando Meireles.

78. Conforme disciplinado na Lei nº 10.261/68, o funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Com relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Será responsabilizado o funcionário que delegar a pessoas estranhas às repartições o desempenho de encargos que lhe competirem, sem exceções.
- (B) A responsabilidade administrativa exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal, pois estas são dependentes.
- (C) Caracteriza-se especialmente a responsabilidade pela falta ou inexistência das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação.
- (D) A importância da indenização deverá ser descontada da remuneração do funcionário, não excedendo o desconto de 20% (vinte por cento) do valor bruto.
- (E) Nos casos em que o funcionário é obrigado a repor a importância do prejuízo causado para indenizar a Fazenda Estadual, ser-lhe-á facultado optar pela forma de reposição com o devido desconto em seus vencimentos.

79. Nos termos da Lei nº 10.261/68, constitui um dos deveres do funcionário, dentre vários outros,

- (A) residir no local onde exerce o cargo ou onde for autorizado.
- (B) abandonar o local de trabalho quando sofrer ofensas físicas ou morais.
- (C) participar de todas as reuniões convocadas pelo sindicato de classe.
- (D) omitir-se diante das irregularidades cometidas pelo seu chefe imediato.
- (E) retirar, ainda que com a anuência do seu superior imediato, qualquer objeto existente na repartição.

80. Mário, que ocupava o cargo de contador no Tribunal de Justiça de São Paulo, está aposentado por tempo de serviço há 18 (dezoito) meses. No início do ano de 2018, foi instaurado um processo administrativo no qual foi apurado que ele, durante o período de atividade, aceitou ilegalmente outra função pública. De acordo com o que disciplina a Lei nº 10.261/68, a pena a ser aplicada a Mário será

- (A) suspensão do pagamento dos proventos relativos à aposentadoria, por até 6 (seis) meses.
- (B) cassação da aposentadoria.
- (C) suspensão da aposentadoria e aplicada a pena de demissão.
- (D) multa no valor total da remuneração que recebeu em razão da função ilegal.
- (E) suspensão da aposentadoria e colocado em disponibilidade.

81. De acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, constitui um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, diretamente, para omitir ato de ofício ou providência a que esteja obrigado.
- (B) exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido e amparado em razão da ação decorrente das atribuições do agente público.
- (C) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de qualquer órgão da administração pública direta.
- (D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de bem ou serviço.
- (E) agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

82. Conforme disciplinado na Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que

- (A) todos os direitos previstos para a pessoa com deficiência não são extensivos aos seus acompanhantes ou ao seu atendente pessoal, sem qualquer ressalva prevista na Lei.
- (B) a pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (C) a deficiência não afeta o direito de conservar a fertilidade, sendo obrigatória a esterilização compulsória nos casos previstos em lei.
- (D) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável.
- (E) a pessoa com deficiência não tem atendimento prioritário no que diz respeito ao acesso à informação e ao recebimento de restituição de imposto de renda.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

83. Todo arquivo deveria ter cópias de segurança para evitar perda de informações ou mesmo para evitar ter que refazer atividades. No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, entre seus vários aplicativos, um usuário pode fazer cópias de segurança de seus arquivos usando o recurso:
- (A) Restauração.
  - (B) Hardware.
  - (C) Personalização.
  - (D) Contas de Usuário.
  - (E) Histórico de Arquivos.

84. Observe a planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, em que um contador listou algumas contas contábeis (coluna A) e seus respectivos saldos (coluna B).

	A	B
1	Conta Contábil	Saldo
2	100.100.100.100	R\$ 1.000.000,00
3	101.101.101.101	-R\$ 500.000,00
4	102.102.102.102	R\$ 2.000.000,00
5	103.103.103.103	-R\$ 200.000,00
6	104.104.104.104	-R\$ 150.000,00
7	105.105.105.105	-R\$ 300.000,00
8		

O contador, para somar os valores positivos da coluna B, pode utilizar a fórmula:

- (A) =SOMASE(B2:B7;">0";B2:B7)
  - (B) =SOMASE(B2;B7;">0";B2;B7)
  - (C) =SOMASE(B2:B7;B2:B7;">0")
  - (D) =SOMASE(B2;B7;"<0";B2;B7)
  - (E) =SOMASE(B2:B7;"<0";B2:B7)
85. Por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, um usuário pode acessar dados de um banco de dados institucional como, por exemplo, o MS-SQLServer, permitindo realizar cálculos e visualizações com dados do banco de dados ao invés de dados da própria planilha. A guia onde se encontra o recurso para acessar dados externos é
- (A) Revisão.
  - (B) Transformação.
  - (C) Dados.
  - (D) Fórmulas.
  - (E) Externos.

86. Um usuário, acessando várias abas simultaneamente por meio do Microsoft Edge, em sua configuração padrão, pode fechar a aba atual por meio do atalho por teclado
- (A) Ctrl + A
  - (B) Ctrl + J
  - (C) Ctrl + W
  - (D) Ctrl + F
  - (E) Ctrl + R

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

87. Considere a sequência  $\left(\frac{1}{3}, \frac{3}{5}, \frac{5}{7}, \frac{7}{9}, \frac{9}{11}; \dots\right)$ . O produto entre o 9º, o 17º e o 25º termos é igual a

- (A)  $\frac{83}{125}$
- (B)  $\frac{77}{95}$
- (C)  $\frac{17}{29}$
- (D)  $\frac{35}{41}$
- (E)  $\frac{13}{19}$

88. São três os conjuntos. A totalidade de elementos que estão nesses três conjuntos é 42. A totalidade de elementos que estão em dois, e apenas dois desses conjuntos, é 42. A totalidade de elementos que estão em um, e apenas um desses conjuntos é 42. Sabendo que em todas as seções e interseções desses três conjuntos há pelo menos um elemento, e que não há seção e nem mesmo interseção com um mesmo número de elementos, então o maior número possível para o total de elementos de um desses três conjuntos é

- (A) 132.
- (B) 120.
- (C) 110.
- (D) 124.
- (E) 118.

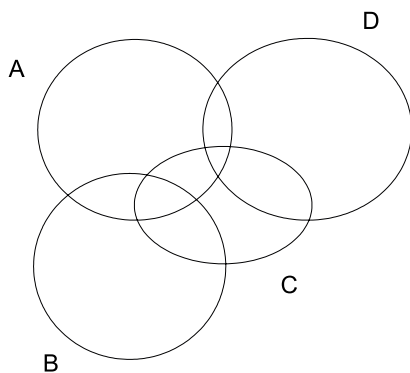
89. Considere as afirmações e o respectivo valor lógico atribuído a cada uma delas.

- I. Se Bruno é lento, então Aline não é amorosa. Afirmação VERDADEIRA.
- II. Se Cátia não é calma, então Bruno não é lento. Afirmação FALSA.
- III. Se Érica não é pacífica, então Dante não é contestador. Afirmação FALSA.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- (A) Érica não é pacífica e Cátia é calma.
- (B) Aline não é amorosa ou Dante não é contestador.
- (C) Bruno não é lento ou Dante não é contestador.
- (D) Aline é amorosa ou Érica não é pacífica.
- (E) Cátia não é calma e Bruno não é lento.

90. Considere que haja elementos em todas as seções e interseções do diagrama.



A partir dessas informações, é correto afirmar que

- (A) qualquer elemento de C, que não é elemento de B, é também elemento de A ou de D.
- (B) todos os elementos de D, que não são elementos apenas de D, são também elementos de A e de B e de C.
- (C) qualquer elemento que pertença a três desses conjuntos pertence ao conjunto B.
- (D) dentre os elementos que pertencem a dois, e apenas dois conjuntos, não há elemento de C que também seja elemento de A.
- (E) todo elemento de A, que não é elemento de B e não é elemento de D, é também elemento de C ou apenas elemento de A.

91. A negação lógica da afirmação – ‘Se acabou a energia elétrica ou não tive tempo, então fui trabalhar com a roupa amassada’ –, é:
- (A) Acabou a energia elétrica, e não tive tempo, e não fui trabalhar com a roupa amassada.
  - (B) Se não acabou a energia elétrica e tive tempo, então não fui trabalhar com a roupa amassada.
  - (C) Se não fui trabalhar com a roupa amassada, então tive tempo e não acabou a energia elétrica.
  - (D) Não acabou a energia elétrica e tive tempo, e fui trabalhar com a roupa amassada.
  - (E) Acabou a energia elétrica ou não tive tempo, e não fui trabalhar com a roupa amassada.
92. A partir do ponto A eu caminho 2 metros. Dou meia volta e caminho 4 metros, dou meia volta e caminho 8 metros. Vou fazendo isso, caminhando sempre o dobro de metros que caminhei na etapa anterior e dando meia volta ao final de cada etapa, até caminhar sete etapas e paro. Nesse lugar, a distância que estou do ponto A é igual a
- (A) 116 metros.
  - (B) 72 metros.
  - (C) 108 metros.
  - (D) 86 metros.
  - (E) 94 metros.
93. Em uma enquete, cada pessoa deveria escolher um dentre prato salgado ou prato doce. Um grupo de 168 pessoas participou da enquete e observou-se que a razão entre o número de votos para prato salgado e o número de votos para prato doce foi  $\frac{5}{7}$ . Dentre aqueles que votaram no prato doce, o número de pessoas que deveriam trocar sua escolha para que essa razão se tornasse  $\frac{3}{1}$  é igual a
- (A) 56.
  - (B) 60.
  - (C) 48.
  - (D) 64.
  - (E) 68.
94. O preço x subiu 20% e agora é y. O preço y caiu 40% e agora é z. O preço z é menor que x em
- (A) 30%
  - (B) 25%
  - (C) 20%
  - (D) 28%
  - (E) 18%

95. Uma compra de R\$ 1.200,00 deverá ser paga em 4 parcelas iguais a vencer em 30, 60, 90 e 120 dias a partir da data da compra. Serão cobrados juros simples de 2% ao mês. O valor de cada parcela será igual a
- (A) R\$ 320,00.
  - (B) R\$ 315,00.
  - (C) R\$ 302,00.
  - (D) R\$ 306,00.
  - (E) R\$ 318,00.
96. Um investimento de X reais ficou aplicado por 2 anos, em um regime de juros compostos, com a taxa de 8% ao ano. Após esses 2 anos, o montante do investimento era R\$ 44.089,92. O valor inicial de X era
- (A) R\$ 37.800,00.
  - (B) R\$ 37.400,00.
  - (C) R\$ 37.648,32.
  - (D) R\$ 37.316,92.
  - (E) R\$ 37.035,53.
97. Após as filmagens, o tempo de duração de um filme era de 2 horas e 50 minutos. Os produtores queriam diminuir esse tempo em 20%, e o diretor achava que precisava aumentar esse tempo em 10%. A diferença de tempo da duração total do filme entre essas duas pretensões é de
- (A) 30 minutos.
  - (B) 58 minutos.
  - (C) 45 minutos.
  - (D) 63 minutos.
  - (E) 51 minutos.
98. Considere apenas os dados a seguir para resolver a questão.
- Fiz uma viagem que durou 1 hora e 30 minutos, a 60 km/h. Para ter gasto 20% a menos do tempo de viagem, a minha velocidade deveria ter sido de
- (A) 70 km/h.
  - (B) 68 km/h.
  - (C) 75 km/h.
  - (D) 72 km/h.
  - (E) 64 km/h.
99. Uma banqueteira quer preparar pratos com salgadinhos para uma festa. Cada prato deve conter 3 coxinhas, 5 empadas e 7 croquetes. O responsável pelos salgadinhos enviou 200 coxinhas, 300 empadas e 400 croquetes. A banqueteira preparou o maior número de pratos possível, conforme o plano original. O número de salgadinhos que não foram colocados nos pratos é
- (A) 53.
  - (B) 62.
  - (C) 45.
  - (D) 48.
  - (E) 55.
100. Um investidor comprou ações de uma empresa. Planejou vender essas ações em duas situações:
- I. se subirem 16%;
  - II. se caírem 20%.
- Em relação ao preço de saída do negócio com prejuízo, o preço de saída do negócio com lucro é superior em
- (A) 45%
  - (B) 30%
  - (C) 42%
  - (D) 40%
  - (E) 36%

R A S C U N H O

